

Conta Clientes - Por Prazo de Vencimento	31/dez 2017	31/dez 2016
Em R\$/mil		
Títulos a vencer	1.116	1.178
Vencidos de 1 a 30 dias	24	30
Vencidos de 31 a 60 dias	25	2
Vencidos de 61 a 90 dias	0	2
Vencidos a mais de 90 dias	65	34
	1.230	1.246

NOTA 6 - ATIVO FINANCEIRO

A Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

ATIVO FINANCEIRO - SALDOS E VARIAÇÕES	31/dez 2017	31/dez 2016	Variação AF
Em R\$/mil			
Ativo financeiro amortizável	130.842	132.602	(1.760)
(-) Amortização do ativo financeiro	(24.595)	(27.463)	2.868
(-) Efeitos negativos da revisão tarifária	(12.860)	-	(12.860)
	93.387	105.139	(11.752)

(i) A amortização do ativo financeiro iniciou-se em 2015.

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas no ITG 01 (ICPC-01 R1/FRIC12), pois, a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "Concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação, não será registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no Contrato.

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Costa Oeste em 8,60% para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do Ativo Financeiro foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 12.860 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do Ativo Financeiro.

A variação negativa expressiva no valor do ativo financeiro da Companhia deve-se a queda da RAP, ocorrida após processo de revisão tarifária da ANEEL, conforme explicado na NE 18.

NOTA 7 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Criado a conta reserva, denominada depósito vinculado. É a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente foram transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, chegando no limite de três parcelas de amortização, mais juros do financiamento em dezembro de 2014.

CONTA GARANTIDA NA CEF	31/dez 2017	31/dez 2016
Em R\$/mil		
CONTA GARANTIDA - BNDES	1.651	1.660
	1.651	1.660

NOTA 8 - FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

FORNECEDORES	31/dez 2017	31/dez 2016
Em R\$/mil		
Fornecedores de materiais	0	-
Fornecedores de serviços PJ	9	5
Fornecedores de serviços PF	1	3
	10	8

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS

FINANCIAMENTO BNDES	31/dez 2017	31/dez 2016	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos	Qtde Parcelas
Em R\$/mil						
					1,95% a.a.	
BNDES Sub-crédito A - TJLP	23.287	25.149	27.634	27.634	+ TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	4.588	5.386	9.086	6.868	3,5% a.a.	106
	27.875	30.535	36.720	34.502		
Curto prazo	3.124	3.110				
Longo prazo	24.751	27.425				
Taxa média ao mês	0,69%	0,69%				

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 1222/2013, de 03 de dezembro de 2013, que originou o Contrato de Financiamento para Abertura de Crédito nº 13.2.222.1, no valor de R\$ 36,72 milhões de reais, dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

I. Sub-crédito "A": R\$ 27,6 milhões de reais em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Sub-crédito "B": R\$ 9,08 milhões de reais em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Sobre o principal da dívida relativos ao Sub-crédito "A", incidirão juros de 1,95% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre o principal da dívida relativos ao Sub-crédito "B" incidirão juros de 3,5% ao ano. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GET e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia, em favor do BNDES, a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste. Nos termos do Contrato de Financiamento, mediante repasse de recursos do BNDES nº 13.2.1221.1, apresenta-se neste NE o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo I ao Contrato de Financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

Cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES	01.Jan.17 à 31.Dez.17
a) Geração de Caixa da Atividade	11.272
(+) Disponibilidade (cx/eq.cx) final no período imediatamente anterior	4.423
(+) LAJIDA (EBITDA)	7.346
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(328)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(169)
b) Serviço da Dívida	4.974
(+) Amortização de Principal	2.660
(+) Pagamento de Juros	2.314
c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a + b)	2,27
LAJIDA (EBTDA) compõe:	7.346
(+/-) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	(5.769)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	1.841
(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
(+) Depreciações e Amortizações	2
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de Perdas anteriores	12.860
(+/-) Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo	-
(-) Outras Receitas Operacionais	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-
(-) Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção)	756
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	(11.097)
(-) Receita para a cobertura dos gastos c/ O&M nas atividades de transmissão	(783)
(+) Receita Anual Permitida do Exercício - RAP (menos deduções da RAP)	10.771
(+/-) Outros Ajustes IFRS	(1.235)
	EBITDA 7.346.461
	ROL 11.836.580
	Margem EBITDA 0,62

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
Tributos federais correntes	87	33
Tributos municipais	0	-
Contribuições sociais	16	15
Tributos retidos na fonte a pagar	37	35
	140	83

NOTA 11 - DIVIDENDOS A PAGAR

Não houve destinação de dividendos a pagar em 2017, devido ao resultado negativo da Companhia no exercício.

NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS

Considera-se Encargos Setoriais as obrigações oriundas da Concessão.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
FNDCT	7	7
MME	4	4
P&D	183	126
RGR	154	282
TFSE	26	28
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	-	-
	374	447

NOTA 13 - FORNECEDORES PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Não há na Costa Oeste nenhum fornecedor classificado no Passivo Não Circulante. Existe uma provisão para reequilíbrio econômico de um fornecedor, classificado como litígio conforme NE 15.

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como Despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido. Quando o lucro societário é inferior ao lucro regulatório é realizada a baixa/reversão do diferimento da tributação no Passivo.

IMPOSTOS DIFERIDOS	31/dez 2017	31/dez 2016
Imposto de renda	1.909	2.722
Contribuição social	1.024	1.445
	2.933	4.167

NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

CREDORES DIVERSOS	31/dez 2017	31/dez 2016
Em R\$/mil		
Provisões judiciais	868	879
Provisões c/ claim	687	-
	1.555	-

Contingência - Risco possível adicional, conforme relatório do Jurídico: R\$ 130

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**16.1 Capital Social**

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 46.850, dividido em igual quantidade de ações ordinárias sem valor nominal.

16.2 Reservas de Lucros**16.2.1 Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da Lei Societária (6.404/76).

Em 2017 a Companhia apresentou prejuízo, portanto não houve constituição de reserva legal.

16.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme proposta de destinação de reservas, os montantes das contas reservas de lucros a realizar e lucros a disposição da assembleia, foram reclassificados para a conta reserva de retenção de lucros.

16.2.3 Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída para estabelecer o montante dos dividendos mínimos obrigatórios, que excede o lucro realizado financeiramente e que a Companhia optou por não distribuir.

16.3 Destinação do lucro do período

O quadro abaixo evidencia a destinação do lucro do período de 2016.

Para 2017 não houve destinação de lucro em razão da empresa ter encerrado o exercício com prejuízo contábil em razão dos efeitos negativos da revisão tarifária, conforme descrito na NE 06, que trata do ativo financeiro.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
Lucro do período	(5.032)	14.454
Prejuízo do Exercício 2015	-	-
Reserva Legal	5%	5%
Constituição da Reserva Legal	-	723
	(5.032)	13.731
Dividendos Propostos	-	(3.433)
Lucro a Disposição da Assembleia	(5.032)	10.298

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia, por se tratar de concessionária de transmissão de energia, são auferidas pela remuneração do Ativo Financeiro.

No período pré-operacional a empresa auferia Receita de Construção. Após a entrada em operação a empresa passou a auferir receitas com juros, com atualização monetária, com O&M - Operação e Manutenção - e receita com encargo de conexão - CCT.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
TRANSMISSÃO		
Receita de O&M	783	2.488
Receita com juros e atualiz. monetária	11.097	18.931
Receita com encargo de conexão - CCT	906	-
Receita de construção	-	-
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.786	21.418
DEDUÇÕES		
(-) Encargos setoriais	(523)	(532)
(-) PIS e Cofins	(426)	(453)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(949)	(985)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.837	20.433

NOTA 18 - EFEITOS NEGATIVOS DA REVISÃO TARIFÁRIA

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Costa Oeste em 8,60% para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do ativo financeiro foi atualizado para a novo valor presente. Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 12.860 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do Ativo Financeiro.

NOTA 19 - SEGUROS

O imobilizado de transmissão, pertence ao poder concedente, sendo aplicado à Companhia a contabilização através do ativo financeiro. Porém, é responsabilidade da Companhia a operação e manutenção do sistema de transmissão sob sua concessão, portanto, para mitigar riscos e prejuízos, a Companhia contratou seguros, conforme abaixo:

Seguros de Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento COSTA OESTE, conforme tabela de coberturas do seguro:

COBERTURAS	(R\$/MIL)
Incêndio	16.056
Danos elétricos	2.000
Despesas de salvamento e contenção de sinistros	50
Quebra de máquinas	1.000
Roubo/furto mediante arrombamento	200
Despesas extraordinárias	500
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	500
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos e queda de aeronaves	4.000

Contrato Costa Oeste 001/2017 / Apólice 1389/0000025/96

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

O quadro abaixo demonstra os saldos com partes relacionadas:

	2017	2016
Copel - Contrato de Compartilhamento RH	145	-
Copel GET	-	1
	145	1

A Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

1. Contrato de compartilhamento de recursos humanos com a Copel;
2. Contrato de O&M com a Copel Geração e Transmissão;

Curitiba, 15 de março de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Alfonso Schmitt Diretor Presidente	Valdenir José Bertaglia Diretor Administrativo-Financeiro
--	---

Luiz Fernando Capeloto Macohin
Contador - CRC PR-060139-0-8
COPEL Geração e Transmissão

PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM DEZEMBRO DE 2017

Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores, emitido em 15 de março de 2018, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Relatório da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 27 de março de 2018.

Eomar Antonio Concato Marialba dos Santos Coelho Josiane Rodrigues Moraes Presidente do Conselho Fiscal Membro do Conselho Fiscal Membro do Conselho Fiscal

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Acionistas e Conselheiros da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Curitiba - PR****Opinião**

Analizamos as demonstrações contábeis da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Reemissão de relatório**

Em 30 de janeiro de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as mudanças de políticas contábeis, descrita na nota explicativa 3.12. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo